



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

Aos 09 dias do mês de julho de 2014, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 205/XII e 206/XII, relativas às reuniões de 1 e 2 de julho de 2014
2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 900/XII/3.ª (BE) – “Recomenda ao Governo medidas para aumentar a transparência e o controlo da agência de crédito à exportação (COSEC).”
3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1062/XII/3.ª (BE) – “Recusa a introdução de portagens na autoestrada transmontana.”
4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1017/XII/3.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que assegure a amarração a Portugal do cabo submarino de fibra ótica, que ligará o Brasil à Europa e promova as condições necessárias para o aproveitamento das potencialidades desta ligação”
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1069/XII/3.ª (PCP) – “Pela intervenção com carácter de urgência na recuperação do IC1, troço Alcácer do Sal/Grândola”
6. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 4.ª sessão legislativa
7. Outros assuntos

1. Apreciação e votação das atas n.ºs 205/XII e 206/XII, relativas às reuniões de 1 e 2 de julho de 2014



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

2. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 900/XII/3.ª (BE) – “Recomenda ao Governo medidas para aumentar a transparência e o controlo da agência de crédito à exportação (COSEC).”

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) apresentou o projeto de resolução, referindo que a COSEC tem o negócio dos seguros à exportação, privado e com intervenção do Estado apenas quando os seguros são feitos a empresas que exportam para países que apresentem algum risco especial, nomeadamente político ou de catástrofes naturais. Pretende que possa haver mais controlo democrático e mais informação quanto aos projetos que têm garantia pública, para que haja a certeza que o Estado não está a garantir projetos que de um modo ou outro contribuem para aumentar a dependência destes países e não são defensáveis do ponto de vista democrático nem do ponto de vista ético. Concluiu, reiterando os termos dispositivos do projeto de resolução e afirmando que as recomendações ora propostas seguem a linha de trabalhos de ONG que trabalham nesta área da transparência dos investimentos internacionais.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Eduardo Teixeira (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP), Fernando Serrasqueiro (PS) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Eduardo Teixeira (PSD) afirmou que este era um assunto importante e que o PSD entendia que havia algumas questões que se poderiam colocar ao Governo, pelo que, em conjunto com o CDS-PP, dirigiu uma pergunta ao Governo no sentido de obter algumas respostas sobre o assunto. Assim, defendeu, seria preferível aguardar a resposta do Governo para discutir esta matéria já na posse de mais documentação, fazendo assim um debate mais rico.

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi defendido as questões levantadas pelo projeto de resolução são pertinentes e importantes e que não deveria ser tomada qualquer posição final sobre este projeto de resolução, devendo-se aguardar as



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

respostas do Governo às questões colocadas. Colocou ainda a hipótese de se proceder à audição da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e propôs que o assunto fosse retomado em setembro, aquando do reinício dos trabalhos parlamentares.

O Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) informou que o seu grupo parlamentar acompanhava a preocupação sobre a transparência a respeito destes projetos, porque o pretexto da confidencialidade tem dado cobertura a que não se prestem esclarecimentos nesta matéria, sendo uma área onde a informação é praticamente nula. Afirmou não entender a necessidade de se esperar pela resposta do Governo a perguntas feitas por um grupo parlamentar, sem se saber se vai ou não responder e se o fará cumprindo os prazos previstos. Defendeu a audição em Comissão das entidades que se entenda pertinente e concluiu, reiterando que o seu grupo parlamentar acompanhava o projeto de resolução do BE e que a COSEC deveria fornecer à Assembleia da República as informações que pudessem não comprometer os negócios, até porque estes podiam até já estar ultimados.

Por sua vez, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) afirmou que o seu grupo parlamentar acompanhava as preocupações do BE, lembrou que nos últimos anos tem havido uma evolução um pouco atribulada sobre a relação da COSEC com o Estado em matéria de responsabilidade financeira. Uma área de intervenção tão crítica e estratégica para a nossa economia como a viabilização de operações de internacionalização e de crédito à exportação por parte das empresas, acrescentou, não pode estar entregue a uma empresa que pertence a um grupo financeiro, responde perante os seus acionistas privados, que podem ter outros interesses e prioridades. Propôs que, independentemente do percurso deste projeto de resolução, a Comissão solicitasse informações à COSEC e ao Governo sobre o ponto de situação dos indicadores referidos no projeto de resolução e os custos para o Estado português no apoio à exportação e a projetos promovidos em países estrangeiros.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para sugerir que, se houvesse consenso, se usasse como ponto de partida para as questões a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

formular pela Comissão as questões colocadas pelo PSD e o CDS-PP na pergunta que fez ao Governo.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) referiu que, se houver um interesse sério em fazer o debate sobre o assunto, o seu grupo parlamentar não vê vantagem em forçar agora a votação do projeto de resolução, mas o compromisso dessa discussão mais alargada deve ser para o início da próxima sessão legislativa, para o retomar dos trabalhos parlamentares. Concorde com a possibilidade de a Comissão fazer perguntas ao Governo e de ouvir as entidades responsáveis.

Concluiu o Senhor Presidente no sentido de que os diversos partidos iriam formular uma série de perguntas à COSEC e ao Governo, solicitando-se a resposta de modo a que a Comissão pudesse retomar o debate durante o mês de setembro, sem colocar de lado a hipótese, se se entender que a resposta não é suficiente, de se proceder a audição das entidades que se considerar pertinente.

3. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1062/XII/3.ª (BE) – “Recusa a introdução de portagens na autoestrada transmontana.”

De seguida, a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) usou da palavra para apresentar o projeto de resolução em epígrafe, reiterando os argumentos que dele constam. Referiu que a autoestrada transmontana foi construída em cima do IP4 e que a única alternativa que existe é a EN15, que não tem capacidade para absorver o trânsito que circula pela nova autoestrada. As populações desta região vão ficar sem uma alternativa viável, reiterou. A oradora afirmou pretender que se clarificassem as declarações do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações de maio passado e se garantisse às populações que o que tinha sido prometido iria ser cumprido ou, então, se encontrassem alternativas seguras e viáveis para quem não pode pagar as portagens na autoestrada.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Luís Leite Ramos (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e Paulo Campos (PS).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) referiu que a situação de faltas de alternativas que se verifica neste caso verifica-se também na A23, na A24 e na transformação em autoestrada do IP3 e lembrou que o PCP tem uma posição de fundo sobre o problema de financiamento da rede viária que coloca em regra nestas discussões. Afirmou que nestes casos de particular gravidade as pessoas ficavam sem alternativa porque a autoestrada tinha sido construída por cima da via alternativa e que este caso era ainda mais grave depois de todo o processo do túnel do Marão. Informou que o seu grupo parlamentar acompanhava a ideia de que não se deviam penalizar as populações, e que isso é a tradução concreta da política dos Governos em matéria de financiamento da rede viária. Concluiu que muitos preferiam que não existisse autoestrada, mas as pessoas não deveriam ser forçadas a pagar portagem para terem uma vantagem que não podem escolher, e este é que era o problema.

Pelo Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) foi afirmado que o seu partido mantinha a defesa do princípio do utilizador/pagador em toda a extensão da rede. Lembrou que existiam já troços desta autoestrada que eram portajados e que a matéria tinha ficado esclarecida em fevereiro de 2011, quando o Primeiro-Ministro de então afirmou que esta via seria portajada, tal como as outras SCUT do país. Concluiu, afirmando que a decisão final, as condições e a forma como as portagens iriam ser introduzidas seria ajustada a um conjunto de premissas que o Governo tinha já reconhecido que tinham de ser melhoradas.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) recordou o nível de sinistralidade em vias como o IP5 e reiterou a importância da autoestrada transmontana para as populações daquela região, em termos de melhoria da competitividade do território, segurança rodoviária e capacidade para atrair investimento. Achou razoável que os utilizadores da infraestrutura possam contribuir para o pagamento da mesma. Entendeu que era razoável a defesa do princípio do utilizador/pagador, encontrando-se uma fórmula que introduza critérios de justiça, e a universalidade do sistema e concluiu afirmando que a autoestrada transmontana não era diferente de todas as outras.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) lembrou que a autoestrada transmontana tinha sido contratualizada como SCUT, com exceção de dois troços, porque seria construída em cima do IP4. Quando o anterior Governo anunciou a introdução de portagens, continuou, deu logo conta dos critérios que estavam na base dessa decisão e de quais as autoestradas que seriam abrangidas, mas o PSD tinha exigido que fosse estendida a todas as autoestradas que funcionavam em regime SCUT. Lembrou também que esta infraestrutura é uma subconcessão, financiada pelo Estado e que não era por ser uma autoestrada que o Estado deveria abdicar de pagar essa infraestrutura. Recordou que esta via permitiu a ligação entre Bragança, Vila Real e Porto de forma mais célere e mais segura e que a introdução desta portagem não decorria de qualquer diretiva comunitária, ao contrário do que tinha sido afirmado pelo Secretário de Estado e pelo Primeiro-Ministro em maio passado. Concluiu reiterando que o seu partido era frontalmente contra a introdução de portagens nesta autoestrada bem como nas A23, A24 e A25.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP), para recordar que o contributo das portagens para o financiamento da rede viária era marginal e que se estava a colocar as pessoas a pagar por opção ideológica e que havia uma parte significativa da população para quem fazia muita diferença o pagamento destas portagens e para muitas empresas isso poderia significar ter ou não uma unidade produtiva em determinada região. Afirmou que defender o princípio da igualdade para justificar o pagamento por todos era muito perigoso, pois hoje existe um conjunto de ligações em que o pagamento de portagens não é solicitado e o financiamento não é substancialmente alterado por causa disso, mas aqui está a introduzir-se um princípio profundo de desigualdade. Concluiu, referindo que se falava muito na introdução das portagens para não sobrecarregar nos impostos mas no último ano mantiveram-se as portagens e a receita do IRS aumentou 35%.

Encerrou a discussão a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), para lembrar a existência do princípio do utilizador/pagador mas também a do princípio da escolha e obrigar as pessoas a pagar quando não havia alternativa violava este último. Do que se trata é que quem pode pagar, quem não pode pagar fica com a estrada pior, afirmou. Ora, prosseguiu, esta não é a visão do BE, porque não é racional, prejudica a



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

atividade económica nesta área e a coleta de impostos. O princípio da redistribuição não se faz dando desconto nas portagens, faz-se nos impostos pagando mais quem mais ganha, referiu. Concluiu, afirmando que as pessoas não deviam ter de pagar para terem acesso à segurança, que se tratava de uma das zonas mais pobres do país e se deveria ter consciência do que se estava a exigir às pessoas.

4. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1017/XII/3.ª (PS) – “Recomenda ao Governo que assegure a amarração a Portugal do cabo submarino de fibra ótica, que ligará o Brasil à Europa e promova as condições necessárias para o aproveitamento das potencialidades desta ligação”

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), que apresentou o projeto de resolução, reiterando os seus termos e defendendo a amarração do cabo submarino de fibra ótica que ligará o Brasil à Europa a Portugal, na sequência da VII Cimeira EU-Brasil e das declarações do Presidente da Comissão Europeia no final dessa Cimeira. Referiu a importância a competitividade e o crescimento da economia digital em Portugal e defendeu o fortalecimento da posição negocial de Portugal nesta área.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Luís Leite Ramos (PSD) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD) expressou concordância com o projeto de resolução em apreciação e fez referência ao trabalho da União Europeia e do Governo português nesta área. Considerou que todo o empenho de todas as forças políticas em defesa deste objetivo é útil para a sua concretização.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) também expressou concordância com o projeto de resolução, considerou que esta é matéria onde o interesse estratégico do país deve ser protegido, devendo-se aproveitar um tráfego que é relevante entre a América Latina e a União Europeia, criando a capacidade de inovar e acrescentar mais-valias.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1069/XII/3.ª (PCP) – “Pela intervenção com caráter de urgência na recuperação do IC1, troço Alcácer do Sal/Grândola”

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) apresentou o projeto de resolução, tendo reiterado os termos resolutivos que dele constavam. Referiu declarações do Presidente da Estradas de Portugal e a necessidade de se cumprir aquilo que anunciou, bem como a resposta do Governo a uma pergunta do PSD sobre esta matéria, em que o Governo afirmava que antes do final do próximo ano não haveria qualquer medida concreta em relação a este processo, porque teria de se aguardar pelo fim do processo negocial entre a concessionária e os bancos, e considerou que isso era tempo a mais para resolver uma situação que já se arrastava há anos. Referiu que só no troço objeto deste projeto de resolução os bombeiros de Alcácer do Sal tinham registado 24 acidentes no último ano e reiterou que aquela não era uma via complementar mas sim uma via principal para milhares de portugueses que, para evitarem a portagem da A2, fazem do IC1 um autêntico itinerário principal. Acrescentou que se tratava ainda de uma via com uma circulação permanente e intensa de veículos pesados, nomeadamente devido à refinaria de Sines. Concluiu defendendo que a Assembleia da República, como fator de fortalecimento da posição do Estado junto das concessionárias e dos bancos, deveria endereçar ao Governo a recomendação que consta desta iniciativa.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD), Mariana Mortágua (BE), Carina Oliveira (PSD), Paulo Campos (PS) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) referiu que se tratava de uma infraestrutura que, manifestamente, estava em mau estado e reconheceu a urgência da intervenção, mas afirmou existir um obstáculo legal em relação ao facto de esta via não ter ainda revertido para a Estradas de Portugal no âmbito do acordo a que já se chegou mas ainda não está cumprido em relação a esta concessionária. Afirmou que para o seu partido era importante que a Estradas de Portugal tivesse um plano de intervenção na



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

primeira oportunidade em relação a este troço. Informou que aquela entidade estava já a avaliar a reabilitação que terá de executar nesta área e esperava que fosse tão urgente quanto possível, mas não podia intervir neste momento sobre uma estrada que ainda não estava na sua posse. Concluiu, expressando preocupação pelo estado daquela via de circulação e as consequências dessa situação em termos de segurança rodoviária.

Pela Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) foi afirmado que concordava com o projeto de resolução e não se podia deixar que os problemas das parcerias público-privadas e os contratos com os privados se sobrepusessem às questões de segurança pública. Reiterou que a prioridade do Governo devia ser a de assegurar a segurança das pessoas que circulam nesta via, que se trata de uma via que se tornou, por força das portagens, numa alternativa para quem circula na região, voltando a ser um circuito muito usado pelas pessoas e empresas da região, com um acréscimo significativo de trânsito de veículos pesados.

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) usou da palavra para informar que, não acompanhando os considerandos do grupo parlamentar autor do projeto de resolução, iria apresentar uma declaração de voto aquando da votação em Plenário desta iniciativa.

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) lembrou que neste momento havia um contrato válido entre o Estado e uma concessionária com responsabilidades sobre esta estrada, entre outras; que era de importância vital que a intervenção se fizesse e que, se era urgente, deveria ser feita. Continuou, afirmando que essa intervenção só não se fazia porque os bancos não tinham interesse em que se fizesse. Questionou ainda por que razão o Estado tinha dado instruções de suspensão das obras quando estas já estavam suspensas pela concessionária, em incumprimento do contrato por parte da concessionária, ilibando-a das responsabilidades que tinha pelo não cumprimento do contrato. Referiu também que esta situação se estava a replicar noutras concessionárias em relação a outras intervenções. Considerou ainda que o facto de estas vias saírem da órbita da concessionária, para poupar nos valores da concessão, não implicava qualquer poupança, porque iria existir um gasto



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

correspondente ou superior por outro lado, para se fazer os trabalhos que já estavam contratados.

Por sua vez, o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que o seu grupo parlamentar estava muito próximo não das considerações mas da resolução proposta pelo PCP, lembrou que aquando da audição do Ministro da Economia na Comissão ele próprio tinha questionado o Governo sobre esta matéria. Lembrou o problema de endividamento da Estradas de Portugal e que a renegociação dos contratos tinha de ser feita à luz da lei. Subscreveu a necessidade de mais tarde ou mais cedo se ter de avaliar o que estava a ser feito, mas afirmou preferir uma boa negociação, que proteja o erário público, os interesses do Estado e as futuras gerações. Referiu que o seu grupo parlamentar ia continuar a pedir ao Governo que fizesse o que pudesse para poupar nas parcerias público-privadas mas, ao mesmo tempo, que afetasse algumas verbas para conclusão destes troços, para melhorar o que era necessário, revendo também o modelo de financiamento da Estradas de Portugal.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Campos (PS), para refutar afirmações do orador antecedente, reafirmando que Portugal é o 23.º país da União Europeia em termos de indicadores de estradas por km² de área do território, e argumentando que o saldo dos encargos líquidos das parcerias público-privadas será sempre favorável para o Estado.

Encerrou a discussão o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) chamando a atenção para a necessidade de se ultrapassar as divergências dos vários grupos parlamentares neste caso concreto, razão pela qual, afirmou, na parte resolutiva desta iniciativa nada constava sobre parcerias público-privadas ou contratos de concessão. Reafirmou que o seu partido não queria impor qualquer solução, mas a resposta do Governo à pergunta do PSD exigia que a Assembleia da República tomasse uma posição. Lembrou que, se os papéis entre a concessionária e o Estado estivessem invertidos, este teria sido “comido vivo” pela concessionária em tribunal. Reiterou que, do ponto de vista da essência, todos estavam de acordo, pelo que tinha de haver um mecanismo para se poder tomar as medidas necessárias para se solucionar esta



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

situação, pois o essencial era que se procedesse às obras de conservação da rede viária.

6. Apreciação e votação do plano de atividades da Comissão para a 4.ª sessão legislativa

O Senhor Presidente informou que este ponto da ordem do dia seria adiado para a reunião seguinte, de modo a dar tempo aos Senhores Deputados de apresentarem propostas de alteração ao plano de atividades.

7. Outros assuntos

Neste ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta da entrada de dois requerimentos, do BE e do PCP, para audição do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, sobre as condições de segurança do transporte ferroviário e no metropolitano de Lisboa. Referiu que, se houvesse consenso, poderiam ser apreciados e votados de imediato.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luís Leite Ramos (PSD) para referir que se esperava a vinda à Comissão do Secretário de Estado sobre a privatização da ANA, a requerimento do PSD e CDS-PP, já aprovado, e que se poderia fazer uma única audição sobre os temas dos três requerimentos; Mariana Mortágua (BE) e Bruno Dias (PCP), para concordar com a proposta de metodologia. Assim, o Senhor Presidente considerou ambos os requerimentos aprovados por unanimidade.

Interveio de seguida o Senhor Deputado Fernando Serrasqueiro (PS), para dar conta da deslocação do Grupo de Trabalho – Setor Automóvel, que se tinha realizado na segunda-feira anterior, congratulando-se com o sucesso dessa iniciativa.

O Senhor Presidente dirigiu palavras de congratulação tanto ao Grupo de Trabalho – Setor Automóvel por essa deslocação como ao Grupo de Trabalho – Segurança Rodoviária, pelo sucesso do Fórum Parlamentar de Segurança Rodoviária'2014, as quais se associou o Senhor Deputado Luís Leite Ramos (PSD).



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2014.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ACTA NÚMERO 208/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Mariana Mortágua
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Acácio Pinto
Bruno Coimbra
Carlos Costa Neves
Gabriel Côte-Real Goucha
Laurentino Dias
Luís Menezes
Mota Andrade
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos